

Reprodução, Tensão e Mudança: elementos para uma economia política da agricultura familiar no capitalismo¹

Francisco de Assis Costa²

1. Introdução

Uma das questões mais controversas no debate sobre o campesinato no capitalismo é a relativa à capacidade de mudança pela investimento e formação de capital nessa forma de produção. O debate, desde mais de um século, polariza-se nas posições que defendem, de um lado uma incapacidade estrutural das unidades camponesas de internalizarem sobre-trabalho - uma baixa capacidade de investimento que inviabilizaria a permanência do campesinato junto ao modo de produção capitalista onde, ao contrário, as empresas são compulsadas a contínuos investimentos e, com eles, à incorporação dos avanços da ciência através de adoção de novas técnicas. De outro lado, vê-se na unidade de produção familiar uma microeconomia particular, responsável por uma propensão especialmente alta às inversões de capital.

A produção econômica de Marx é a matriz da primeira posição, enquanto as teorias do economista russo Chayanov encontra-se na base da segunda. Neste artigo empreenderemos, em primeiro lugar, um resgate dos fundamentos teóricos de ambos os autores. Em um segundo momento buscaremos uma aproximação dos resultados das duas proposições e entabularemos a formulação de enunciados próprios.

Convém esclarecer, ainda, que este trabalho é parte de pesquisa mais ampla sobre as formas camponesas de produção em geral e seu papel no desenvolvimento agrícola na Amazônia.

2. Os problemas do campesinato no capitalismo em Marx

Marx era particularmente pessimista em relação ao futuro do campesinato no capitalismo. Sua análise, para aí desembocar, supõe que a relação campesinato/capitalismo far-se-ia sob condições particulares estabelecidas tanto no *plano da distribuição* quanto no *plano da troca* enquanto instâncias mediadoras distintas da produção e do consumo³.

No *plano da distribuição*, a forma de produzir camponesa caracterizar-se-ia por entregar de graça parte do trabalho excedente por ela produzida para a sociedade (Marx, 1985:923-924). Tal afirmativa funda-se na constatação de uma especificidade dos camponeses quando comparados aos empresários capitalistas: eles não param de concorrer entre si enquanto o lucro e a renda da terra estão sendo corroídos por preços de

¹ Texto apresentado no "Workshop Teórico sobre Economia Política da Agricultura", realizado em Campinas, São Paulo, 9 e 10.12.1996.

² Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da UFPA.

³ No texto *Para a Crítica da Economia Política* Marx estabelece bem a diferença entre o momento da distribuição e o momento da troca em relação com a produção e o consumo. "[A produção aparece assim como ponto inicial; o consumo como ponto final; a distribuição e a troca aparecem como meio termo, que é assim dúplice], já que a distribuição é determinada como momento determinado pela sociedade, e a troca como momento determinado pelos indivíduos. Na produção a pessoa se objetiva; no consumo a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, esta mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente" (Marx, K. - *Para a Crítica da Economia Política*. In: *Os Pensadores*. Abril Cultural, 1978. p. 107-108.)

mercado sistematicamente abaixo do valor, mantendo-se produtivos mesmo quando o seu rendimento equipara-se apenas ao salário médio de mercado, ou mesmo, se situa abaixo deste (idem: 923). Tal forma de produzir não poderia, assim, absorver os progressos tecnológicos necessários ao enfrentamento das empresas capitalistas, compulsivamente inovadoras na busca concorrencial do lucro (Ibidem: 924).

No plano da distribuição, pois, estabelece-se uma exploração não localizável, sistêmica, de tal modo que

$$\frac{W_{MC}}{W_{MI}} = 1 + a \quad (1)$$

onde W_{MC} é o valor de mercado do produto camponês W_{MI} o valor de mercado dos produtos adquiridos pelos camponeses e "a" uma taxa de exploração tendencialmente maior do que zero. Considerando que para Marx o valor de uma mercadoria é o "...tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a [sua] produção.." (Marx, L. I: 45-46), W_{MC} equivaleria à parcela Q_c da mercadoria produzida pelos camponeses multiplicada pelo valor médio desta mercadoria, isto é, pelo resultado da divisão da quantidade total de trabalho despendido em conjunto por todas as unidades produtivas (não apenas camponesas) na obtenção do total socialmente disponível da mercadoria em questão, pela sua quantidade total (Q_t). A taxa de exploração "a", válida para o conjunto das unidades camponesas que participaram da produção de Q_c , impor-se-ia para cada unidade de produção individualmente mediada por sua condição particular (e fortuita) na produção e na troca. Na produção, afirma-se o peso da diferença entre a condição da unidade particular e a média de todos os produtores. Assim, a taxa de exploração social "a" apresenta-se para um produtor individual como a taxa α na expressão abaixo:

$$+ \alpha = \frac{W_{LC} \cdot W_{MC}}{W_{MC} \cdot W_{MI}} = \frac{Q_{CL} \cdot w_{LC}}{Q_{CL} \cdot w_{MC}} \cdot \frac{W_{MC}}{W_{MI}} = \frac{w_{LC} \cdot W_{MC}}{w_{MC} \cdot W_{MI}} \quad (2)$$

onde W_{LC} é o tempo de trabalho localmente (particularmente) aplicado na obtenção de W_{MC} , Q_{CL} a quantidade produzida do produto em questão pela unidade produtiva (ou estrutura meso) particular, w_{LC} o tempo de trabalho médio realmente aplicado localmente por unidade de produto e w_{MC} o seu valor médio de mercado.

Reescrevendo a expressão acima, considerando que w_{LC}/w_{MC} é igual a relação entre a produtividade média do mercado nacional e a produtividade local, ao que chamamos de Ω , explicitamos melhor o fundamental da teoria de Marx:

$$+ \alpha = \frac{W_{LC}}{W_{MI}} = \omega \cdot (1 + a) \quad (3)$$

ou

$$W_{MI} = W_{LC} \cdot \frac{1}{\omega \cdot (1 + a)} \quad (4)$$

$$\text{ou } W_{MIK} = \left(W_{LC} \cdot \frac{1}{\omega \cdot (1 + a)} \right) - W_{ID} \quad (5)$$

Se cresce ω (a desproporção entre produtividade local e nacional), a taxa a , ou ambos os fatores, eleva-se o esforço da unidade produtiva, expresso em W_{LC} , para a obtenção da mesma quantidade de produtos industriais W_{MI} . Ou, para esforço constante, a unidade produtiva obterá cada vez menos produtos industriais, bloqueando as possibilidades de investimento (impondo limites graves ao tempo disponível para investimentos, W_{MIK} , na consideração de que W_{MID} expressa o tempo necessário para obtenção dos bens industriais necessários à reprodução da família).

No plano da troca, Marx enfatiza a mediação do capital mercantil e usurário como bloqueadora do desenvolvimento técnico dos camponeses. Partindo-se de uma dedução trivial de que o lucro do capital mercantil nesta mediação afere-se pela taxa m , tal que

$$m + 1 = \frac{Q_C \cdot P_{MC}}{Q_I \cdot P_{MI}} \quad (6)$$

onde m é a taxa de lucro, Q_C é quantidade de produtos camponeses postos no mercado, P_{MC} seu preço de mercado, Q_I a quantidade de produtos industriais consumidos pelos camponeses e mediados pelo capital mercantil e P_{MI} seu preço de mercado, teríamos, multiplicando ambos os membros da equação por w_{MC}/w_{MI} ,

$$(m + 1) \cdot \tau = \frac{w_{MC} \cdot Q_C \cdot P_{MC}}{w_{MI} \cdot Q_I \cdot P_{MI}} \quad (7)$$

onde τ é igual w_{MC}/w_{MI} , fração cujo numerador, como já foi definido, representa o valor médio de mercado do produto camponês, e o denominador o valor médio, ou melhor, uma ponderação dos valores médios dos produtos industriais consumidos pelos camponeses.

Considerando que $w_{MC} \cdot Q_C / w_{MI} \cdot Q_I$ nada mais é que o primeiro membro da equação (1) tem-se que

$$(m + 1) \cdot \tau = (1 + a) \cdot \frac{P_{MC}}{P_{MI}} = (1 + a) \cdot \rho \quad (8)$$

$$\text{e que } 1 + a = (m + 1) \cdot \frac{1}{\rho} \cdot \tau \quad (9)$$

Se T é estruturalmente estável no médio prazo, a taxa "a" depende do inverso da relação de preços dos produtos camponeses em relação aos produtos industriais (p) e da taxa de lucro do capital mercantil. E, aduzindo-se a conclusão expressa na equação (5), aumentando m ou deteriorando-se a relação de trocas p , crescem-se as dificuldades das unidades camponesas quanto ao investimento e, portanto, quanto à capacidade de permanência.

A teoria de Marx, nesta matéria, poderia ser resumida como segue: acossadas por suas contradições mediante o mercado (concorrência além do limite que permitiria a incorporação na unidade de produção camponesa do sobre-trabalho por ela gerado) e exauridas pelas formas "anti-diluvianas" de capital as estruturas camponesas sucumbiriam inexoravelmente, uma vez que sua produtividade, pela ausência de formação de capital, tenderia a cair continuamente, ou, na melhor das hipóteses, se estável, tenderia a se confrontar com uma produtividade média crescente para o conjunto da produção (derivada tão somente da cada vez mais presente produção capitalista) aumentando inexoravelmente Ω e a exploração α das estruturas camponesas. Sob o capitalismo, a produção camponesa constituiria, destarte, um sistema sem sustentabilidade, economicamente inviável.

3.Os fundamentos da proposição de Chayanov⁴ Erro! Indicador não definido.

Ao contrário de Marx, cuja perspectiva parte do sistema econômico para a análise da relação campesinato/capitalismo, e dos que o sucedem insistindo na dominância das mesmas tendências, a teoria chayanoviana do campesinato parte de uma perspectiva microeconômica (Archetti, 1974) - ao invés de privilegiar a ação econômica sistêmica (Prado, 1993), enfatiza a ação utilitária dos agentes econômicos (Harrison, 1982). Enquanto no primeiro caso se chegava à visualização de unidades produtivas cujo comportamento específico (quando comparado ao comportamento capitalista) levaria a resultados homogêneos (a não internalização de sobre-trabalho pelo fato do camponês como empresário abrir mão da taxa de lucro e da renda da terra, satisfazendo-se com remuneração de assalariado de si próprio - nesse sentido o campesinato, enquanto estrutura econômica não se regularia pela taxa de remuneração do capital e da renda da terra mas, sim, unicamente pelo valor do salário), para a perspectiva Chayanoviana o caráter específico da unidade camponesa leva a uma economia sem determinações derivadas das grandezas socialmente estabelecidas, seja do lucro e da renda da terra, seja do salário. Partindo daí, Chayanov formula sua teoria do investimento camponês⁴.

3.1.A Característica Fundamental da Empresa Camponesa: unidade das esferas de produção e consumo

Para Chayanov a família é o fundamento da *empresa camponesa* - na sua condição de economia sem assalariamento -, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto da produção cujo objetivo nada mais é do que garantir a própria existência. A

⁴ É curioso que pouca atenção tenha sido dada a essa perspectiva na obra deste autor, talvez por conflitar com o núcleo da sua teoria que termina por sugerir um equilíbrio relativamente estático entre as condições endógenas de estabelecimento do nível de produção na unidade de produção camponesa. Voltaremos a essa questão depois.

unidade camponesa é, pois, a um só tempo unidade de produção e unidade de consumo e encerra concomitantemente as funções das esferas de produção e reprodução (Chayanov, 1923:9).

Como unidade de produção as dimensões econômicas da empresa camponesa são determinadas pela sua disponibilidade de membros aptos para o trabalho. Isto é, pela quantidade máxima de trabalho que estes podem realizar até atingir o limite de sua capacidade física. Por seu turno, o caráter de unidade de consumo impõe um nível mínimo de atividade, uma dimensão econômica mínima determinada pela "quantidade de bens materiais absolutamente necessários à família." (Idem: 9).

Para a unidade camponesa, pois, não existe uma dimensão econômica que tenha que ser necessariamente atingida e que seja estabelecida por um rendimento socialmente determinado de cada unidade de trabalho aplicada - como é o caso da empresa capitalista frente ao salário. Aí, a atividade econômica mínima terá que produzir valores pelo menos equivalentes ao conjunto dos salários pagos e cada trabalhador trabalhará necessariamente pelo menos até o ponto em que o rendimento das suas atividades cubra o preço de mercado de sua força de trabalho. Para a empresa camponesa, o que existe é um nível de atividade a ser necessariamente atingida que determina com que rendimento cada unidade de trabalho da família tem que contribuir. Em outras palavras: não pertence à realidade da produção camponesa um rendimento por unidade de trabalho que seja determinante, como o é, para a empresa capitalista, o rendimento correspondente ao salário enquanto grandeza socialmente determinada, mas, sim, um rendimento por unidade de trabalho determinado pelas necessidades anuais da família camponesa - pelo caráter, pois, da empresa camponesa enquanto unidade de consumo.

O rendimento anual do trabalho, "a grandeza central dominante da empresa familiar" (Ibidem: 70), é, para Chayanov, uma significativa categoria. Vejo-a utilizada de duas maneiras: 1) como um *valor planejado*, como um *orçamento* transformado em objetivo acatado pelos membros ativos e determinado pelas necessidades de toda a família durante um ano - objetivo esse que norteará as decisões relativas às aplicações da força de trabalho familiar durante esse ano; 2) como um *valor realizado* que influi nas decisões relativas aos empregos futuros da força de trabalho familiar.

Como *valor planejado* o rendimento anual do trabalho da empresa camponesa é a) a base do cálculo a partir do qual a validade do emprego de cada unidade de trabalho é considerada e b) o ponto objetivo, em torno do qual se movimenta o equilíbrio entre as medidas subjetivas dos graus de satisfação das necessidades e de penosidade (fadiga) do trabalho. De acordo com Chayanov o emprego de uma unidade adicional de trabalho é vista pelo camponês como economicamente vantajosa sempre que o rendimento daí resultante possibilite o preenchimento do orçamento. Essa aplicação, todavia, só é considerada otimizada quando esse rendimento adicional foi obtido com o menor esforço possível. Aqui se pressupõe que para a unidade familiar camponesa o emprego de unidades adicionais de trabalho em confronto com a obtenção de unidades adicionais de rendimento não é avaliado indiferentemente. Pois, emprego adicional de trabalho significa maior penosidade da força de trabalho que, no curto prazo, é invariável, dada pelo tamanho e composição etária da família; por outra parte, se supõe que quanto mais próximo de atingir o orçamento planejado estiver os rendimentos totais, tanto menor será, para a família camponesa, o significado da última unidade de receita obtida (v. Ibidem: 34-

37). Represente-se graficamente os comportamentos acima supostos e ter-se-á como resultado duas curvas com inclinações contrárias, cujo ponto de intersecção corresponderia ao equilíbrio entre as medidas do grau de satisfação das necessidades (utilidade marginal do rendimento do trabalho decrescente) e da penosidade do trabalho (desutilidade do trabalho crescente). Sendo esse ponto o nível do preenchimento das necessidades, ter-se-ia, então, que o rendimento de cada unidade de trabalho correspondente seria considerado não apenas efetivo ou vantajoso mas, também, otimizado no curto prazo (ver Gráfico 1).

Como *valor realizado* o rendimento anual do trabalho da família camponesa influi nas decisões relativas ao emprego futuro da força de trabalho e das inovações técnicas que devem ou têm que ser incorporadas para o atingimento do equilíbrio otimizado acima mencionado.

3.2. Auto-exploração, Investimento e Diferenciação Demográfica

Erro! Indicador não definido.

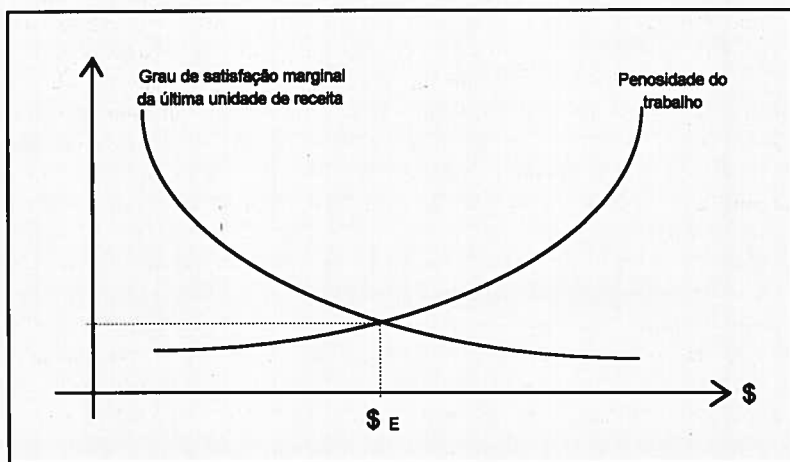
Na medida em que a empresa familiar camponesa, como unidade de produção, se orienta a partir de suas necessidades como unidade de consumo, o desenvolvimento natural da família (seu crescimento natural, seu envelhecimento, etc.) exerce permanente pressão para mudar a relação

$$\frac{\text{Trabalho}}{\text{Terra} + \text{Capital}}$$

Tal ocorre, seja porque se tem que tornar mais efetivos os mesmos recursos materiais para fazer frente a tarefas de reprodução expressas por orçamentos anuais crescentes, seja porque terra e meios de produção adicionais se tornam imprescindíveis para a obtenção - de uma maneira que se pudesse considerar como eficiente - dos meios de satisfação das necessidades ampliadas. Isto é, para atender estas necessidades no ponto em que a *penosidade do trabalho* se equilibraria com a *utilidade da última unidade de receita* da família - ambos valores subjetivamente avaliados.

Dai deriva Chayanov, a um só tempo, uma teoria da produção e uma do investimento, da qual faz parte uma teoria do desinvestimento. Esta última curiosamente tem sido objeto de maior atenção, no contexto das argumentações que apresentam os processos de diluição, multiplicação e reintegração das unidades camponesas como decorrência do *fato natural* a que denominou de *diferenciação demográfica* do campesinato, em contraposição à categoria de *diferenciação social* desenvolvida por Lenin.

Gráfico 1 - Representação da relação entre os graus de penosidade do trabalho e satisfação da unidade marginal de receita da unidade camponesa.



Pouca atenção tem sido dada, contudo, ao significado que o desenvolvimento demográfico da família tem, para o autor, como motor da dinâmica da empresa camponesa no que tange aos investimentos e ao grau de auto-exploração da força de trabalho. São quatro os argumentos em defesa desta suposição:

Primeiro, o mero crescimento do número de membros da família exige um orçamento maior, um nível maior da empresa enquanto unidade de consumo e, assim, um volume maior da receita a ser necessariamente obtida pela família como unidade de produção - considerada naturalmente a hipótese de que o número de seus componentes aptos ao trabalho continuou o mesmo.

Segundo, mesmo que a relação

$$\frac{\text{Trabalho}}{\text{Terra + Capital}} = \frac{\text{No. de Trabalhadores} \times \text{Dias de Trab/ano} \times \text{Hora de Trab/dia}}{\text{Terra + Capital}}$$

mantenha-se inalterada na sua grandeza (as disponibilidades em terra e capital possam crescer em proporções equivalentes ao trabalho) e o rendimento por unidade de tempo de trabalho aplicado (hora, por exemplo) possa continuar o mesmo para maior intensidade do trabalho, mesmo assim, o crescimento das necessidades da família como consumidora exige um crescimento do rendimento anual de cada trabalhador da família - o que só pode ser conseguido através de ampliação da jornada de trabalho (do prolongamento do dia de trabalho) ou do aumento dos dias de trabalho no ano, enfim, através da elevação da penosidade do trabalho na mesma proporção do crescimento do orçamento familiar. Nestas circunstâncias, cada mudança no tamanho (número dos seus membros) ou na composição (relação força de trabalho/número dos membros) da família conduz ao mesmo tempo a alterações no grau de penosidade do trabalho.

Terceiro, mesmo quando a disponibilidade da empresa em terra e capital não puder ser alterada (a relação trabalho/terra+capital, mencionada acima, varia apenas a partir de unidades adicionais de trabalho) o crescimento da família conduz a uma variação contrária no rendimento de cada unidade de trabalho e, com isso, o grau de penosidade do trabalho se elevaria de forma mais que proporcional à variação no orçamento. Nesse caso, uma ampliação da força de trabalho da família conduziria à redução da penosidade - todavia com concomitante queda no rendimento de cada unidade de trabalho - significando, assim, que o novo grau de penosidade permanecerá maior que era antes do aumento da família.

Quarto, consoante a isso, as mudanças, seja no tamanho, seja na composição da família significariam permanentes elevações no grau de auto-exploração da força de trabalho da família camponesa e pressionariam constantemente no sentido da redução da relação trabalho/(terra+capital) através da elevação do seu denominador, ou seja através de novos investimentos⁵.

Concluindo: encontramos em Chayanov, uma vez considerado o todo de sua argumentação, uma teoria do investimento camponês que se fundamenta primordialmente em dois pontos. Primeiro, na consideração de que o rendimento do trabalho camponês não é regulado (não é uma média relativamente estável), podendo sua relação com os custos

⁵ É interessante observar como estes argumentos são praticamente os mesmos desenvolvidos por Esther Boserup para a compreensão da lógica de sucessão dos diversos estágios de desenvolvimento da agricultura. A sua teoria é proposta para regiões e não para a unidade produtiva, substituindo o desenvolvimento demográfico da família (de natureza cíclica) por uma variável linear e independente de crescimento populacional de uma determinada área. O principal resultado de sua investigação é o enunciado de que a proporção que a população cresce haveria condições de passagem da agricultura de pousio longo para explorações de pousio mais curto, seguidas de rotação de culturas e policultivo - de tecnologias extensivas para tecnologias mais intensivas. Conclui, enfim, que os investimentos na agricultura que chama primitiva associam-se a pressões demográficas. E os estágios não poderiam se inverter, precisamente porque a intensidade dos ciclos corresponderia a uma elevação do montante de trabalho por ano, despendido por cada trabalhador, e a uma correspondente queda na produtividade do trabalho medida por hora aplicada - isto é, ao lado do crescimento da produtividade por unidade de área, proporcionado pela agricultura de maior intensidade, reduzir-se-ia a produtividade por unidade de trabalho. Conf. Boserup, 1988.

se situar, sem constituir anomalia, muito abaixo mas também muito acima do permitido pela soma do salário e do lucro. Segundo, no entendimento, a partir dos quatro argumentos acima, de que há uma pressão interior à unidade camponesa, que atua ao longo de quase toda sua vida (só na fase madura esta pressão se inverteria na direção do desmembramento da unidade) continuamente no sentido de alterar a base produtiva, no sentido de investir, ampliando a disponibilidade de recursos naturais e de capital.

Pode-se inferir do exposto uma relação entre os dois pontos apresentados, o que permitiria uma importante conclusão: para um número estruturalmente significativo das unidades camponesas há uma disposição a investir que funciona independentemente das condições cíclicas da economia como um todo ou mesmo dos movimentos conjunturais do mercado agrícola; a materialização desta propensão em investimentos reais, contudo, requer conjunturas favoráveis.

O tratamento que Chayanov dá a esta relação é insuficiente⁶, gerando o que Ellis (1988:114) veio a entender como sua ambiguidade no trato do impacto das decisões da unidade produtiva nas mudanças na função de produção. Contudo, a colocação se faz no sentido de revelar um potencial distinto das estruturas camponesas, entendendo-as como capazes de investir e inovar - mais que isso, altamente propensas a tal. A incompatibilidade apresentada por Marx, entre campesinato e capitalismo, pareceria não ter razão de ser.

4. Elementos para uma teoria do investimento camponês

Os últimos setenta anos de convivência do campesinato com o capitalismo mostram, a grosso modo, realidades que parecem paradoxalmente confirmar e negar as proposições de Chayanov e Marx. Confirma as noções de Chayanov que aqui apresentamos, a continuidade de formas camponesas em todos os países capitalistas avançados. E, mais que isso, a sua tendência ao superinvestimento - objeto das análises de Johson (1969) e Cochrane (1979) e base para o desenvolvimento da teoria do *treadmill* - os camponeses, na sua relação com o capitalismo são levados a atitudes microeconômicas que os fazem andar sempre com todo vigor sem, todavia, sair do lugar; precisamente como as pessoas que movem o moinho *treadmill* -, apresentada entre nós por José Eli da Veiga (1991:49-51) e Ricardo Abramovay (1992:214-220). Todavia, porque em vários países - ou regiões - os camponeses não se tecnicizam, não se modernizam?⁷

A busca de respostas a esta questão nos induzem a defender a proposição, já feita por Tepichit (1973), de que além de se considerar a especificidade da microeconomia camponesa, é fundamental compreender a socialização desse específico (Costa, 1991:184). Nesse sentido, interessa estabelecer, primeiro uma distinção e, segundo, a relação entre a auto-exploração camponesa - entendendo-a como aquilo que se impõe por condicionantes puramente internas da unidade - com a exploração derivada do ambiente sócio-econômico no qual esta se insere: a exploração contida nos parâmetros estabelecidos macroeconomicamente, no interior dos quais a família camponesa terá que

⁶ Parece inquestionável a importância que o autor dava as conjunturas, sem contudo chegar a uma teoria consistente. Isso será assunto de nosso interesse no capítulo 4.

⁷ Questão objeto das preocupações de uma discussão relativamente extensa, onde destacam-se os questionamentos de Schultz (1964), Lipton (1982) e mesmo de autores de inspiração nitidamente chayanoviana como Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969). Ver, para aprofundamento, os trabalhos Blum (1989), Harris (ed.) (1982), Ellis (1988) e Abramovay (1992).

se reproduzir. Ai, buscar-se-á os fundamentos para uma teoria do investimento nas estruturas camponesas - base do seu movimento, de sua trajetória ascendente ou descendente no interior do capitalismo.

4.1. Do sistema de forças internas e da determinação de um ponto de acomodação estrutural da unidade camponesa

Erro! Indicador não definido.

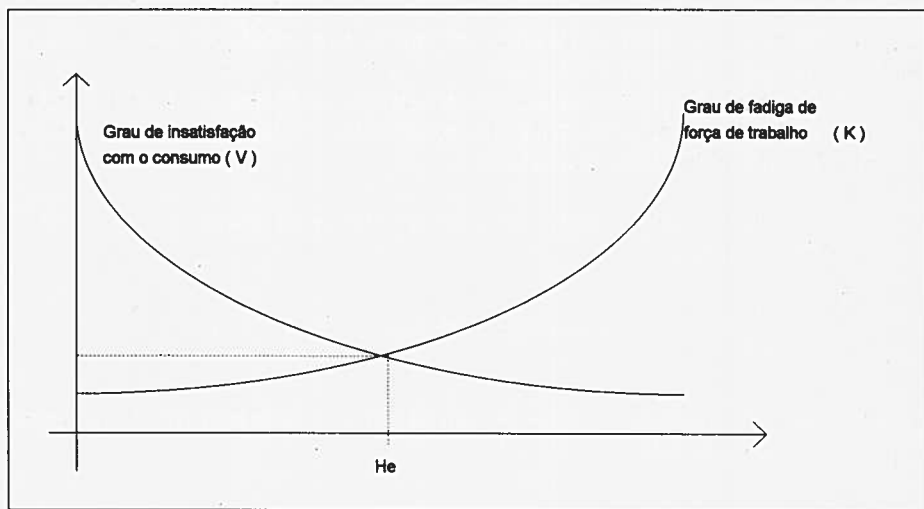
Diferentemente de Chayanov, para mim uma relação de forças derivadas exclusivamente de subjetividades em cálculos utilitários no estabelecimento do nível de atividade da unidade só existe enquanto um ponto particular determinado exclusivamente por fatores internos da unidade familiar, onde se incluem padrões culturais definidos em relação a necessidades reprodutivas (padrões de consumo) e produtivas (ética do trabalho e das relações com a natureza). Daí resultam forças contrárias que estabelecem tendencialmente um ponto de acomodação relativamente estável - a rigor, uma referência, em linguagem matemática um atrator do sistema mais amplo representado pela unidade familiar e suas relações que adiante tentaremos explicitar. As forças de conformação de tal ponto poderiam ser descritas por equações que expressem respectivamente a evolução da *insatisfação da família* com o seu *nível de consumo* e o seu *grau de fadiga e incômodo* para cada nova unidade de trabalho alocado, como segue:

$$= v \cdot \left(1 + \frac{1}{C}\right)^{-H} \quad e \quad (10)$$

$$K = k \cdot \left(1 + \frac{1}{T}\right)^H \quad (11)$$

onde V e K são, respectivamente, o grau de insatisfação com o nível de consumo e o grau de fadiga da família para cada nível de H (trabalho alocado para o preenchimento do orçamento), v grau de insatisfação máxima e k o grau de fadiga mínimo para um orçamento nulo, C o número de consumidores e T o de trabalhadores equivalentes da família. O ponto de equilíbrio (ponto de acomodação) He só variará com alterações estruturais: com deslocamentos de v e k (introdução de novas necessidades de consumo e de novos padrões de trabalho), para C e T constantes e com as mudanças nas inclinações das curvas provocadas pelas variações de C e T. Se aumenta o número de consumidores a curva V tornar-se-á menos inclinada indicando que a insatisfação reduz mais lentamente para cada nível de atendimento do orçamento e só com um orçamento maior encontrar-se-á um novo equilíbrio a novo (e maior) grau de fadiga. Se aumenta o número de trabalhadores, acontece o mesmo com o grau de fadiga que passa a crescer menos para o conjunto da família, por cada nova unidade de trabalho despendida no atendimento das necessidades familiares, etc. (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 - Representação da relação entre os graus de fadiga e insatisfação pelo consumo para cada nível de aplicação de trabalho



4.2. Das determinantes externas dos movimentos de fuga em relação ao ponto de acomodação reprodutiva da unidade camponesa

Considerando, todavia, como estabelece Marx e, de resto, o próprio Chayanov, que campesinato supõe mercado, as condições expostas no capítulo 2, acima, fazem-se valer, de formas que o orçamento (H_e) exigirá uma quantidade real de trabalho (H_r) igual a

$$H_r = (1 + \alpha) \cdot H_e \quad (12)$$

onde α significa precisamente a taxa de exploração total conceituada na relação (3).

Considerando, adicionalmente, que a integração do produto do trabalho camponês ao mercado *nem sempre é, mas sempre poderá vir a ser* parcial, podendo, a critério da própria unidade produtiva, e dadas certas circunstâncias, ser maior ou menor, encontramos que o balanço de trabalho da unidade faz-se de tal forma que

$$Hr = [1 + \alpha \cdot (1 - u)] \cdot He, \quad (13)$$

onde u é igual a proporção do orçamento absorvido na forma de *valor de uso* (autoconsumo)⁸.

Assim, se é verdade que a unidade camponesa orienta-se por uma tendência de acomodação estabelecida a partir das condições internas derivadas do fato de ser unidade de produção e consumo, é também certo que *sua realidade efetiva-se por contínuos desvios em relação a essa acomodação; desvios esses provocados por fatores externos* (expressos pela taxa α de exploração total) atuantes conjunta e contrariamente com o autoconsumo na determinação de um tempo real de trabalho Hr . E cada um desses desvios levam a uma situação de maior fadiga para o mesmo nível de satisfação⁹.

A unidade camponesa tem, por definição, uma outra grandeza decisiva: o tempo total de trabalho passível de ser desenvolvido pelo conjunto da família, Ht . Se $\alpha > 0$ então $Hr > He$ e $Hr \leq Ht$, onde Ht é a disponibilidade total de trabalho da unidade familiar medida pelo tempo potencial de sua alocação.

4.3 Uma grandeza básica da unidade camponesa: o coeficiente de transformação do trabalho despendido em meios de reprodução - a medida da sua *eficiência reprodutiva*

Erro! Indicador não definido.

A quantidade total de trabalho aplicado nas diversas produções que conformam uma unidade camponesa é

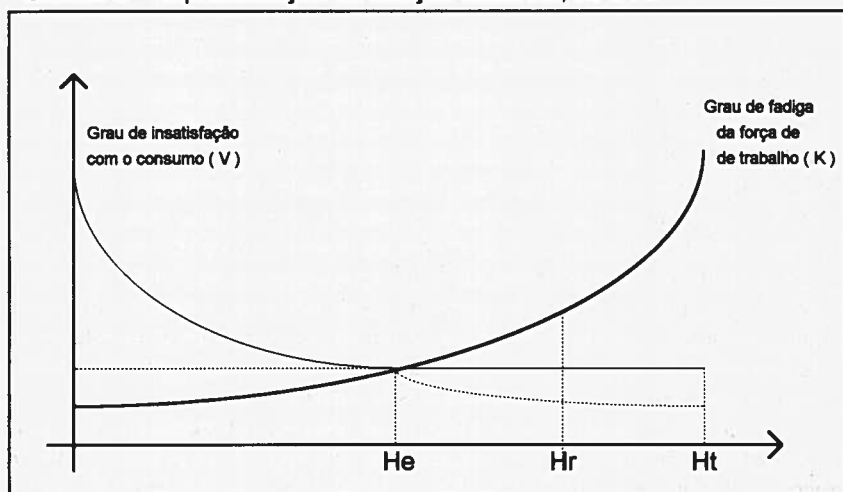
$$r = \sum_{i=1}^n W_{LCi} \quad (W_{LC1} + W_{LC2} + W_{LC3} + \dots + W_{LCn}) \quad (14)$$

onde WLC (já definido acima) é o tempo de trabalho que a unidade particular despende na obtenção do total do produto i .

⁸ Para uma dedução mais completa da fórmula do balanço de trabalho ver Costa (1989: p.232-238 e 1991: p.184-187).

⁹ Aqui se assinala uma diferença importante em relação ao esquema analítico de Chayanov. Para este, uma deterioração nos termos de troca camponeses levaria a um deslocamento para a esquerda, da curva penosidade do trabalho, colocando a família diante de um orçamento inferior ao dado antes como satisfatório. Na nossa interpretação, tal procedimento só aconteceria se o novo Hr fosse maior que Ht , o total de trabalho da família. Neste caso, a família trabalharia com nível máximo de fadiga e num nível de insatisfação, como consumidora, superior ao precedente. Se $Hr < Ht$, ela buscaria atender com mais trabalho o orçamento He .

Gráfico 3 - Representação da relação entre He, Hr e Ht



Por sua vez, a transformação do trabalho total em orçamento (meios de reprodução), de tal forma a compor o orçamento He, faz-se por taxas de transformação particulares para cada produto ou atividades. Assim,

$$He = \left[\frac{1}{1 + \alpha_1 \cdot (1 - u_1)} \cdot W_{LC1} \right] + \dots + \left[\frac{1}{1 + \alpha_n \cdot (1 - u_n)} \cdot W_{LCn} \right] \quad (15)$$

Isso posto, será estabelecido um índice relativo de transformação do trabalho total aplicado em meios de reprodução da unidade produtiva desde que se substitua o tempo absoluto de trabalho aplicado em cada produto pela proporção de cada uma destas parcelas no tempo total despendido com todos os produtos. Isto é: se dividirmos toda a relação por Hr teremos como resultado uma grandeza entre 0 e 1 que representa quanto uma dada unidade produtiva aproveita de cada unidade de trabalho despendida. Considerando, para cada produto i,

$$\lambda_i = \frac{1}{1 + \alpha_i \cdot (1 - u_i)} \quad e \quad (16)$$

$$\eta_i = \frac{W_{LCi}}{Hr} \quad (17)$$

teremos, para cada unidade produtiva, um índice particular de transformação do trabalho despendido em meios de reprodução, h dado pela relação abaixo:

$$h = \sum_{i=1}^n \lambda_i \cdot \eta_i \quad (18)$$

Consideramos esta a grandeza mais importante da unidade de produção camponesa entendida como uma estrutura. Pois ela se constitui - por expressar uma síntese entre as condições de auto-exploração (H_e) e as que resultam de condições outras, determinadas por forças de mercado, por relações sociais imediatas ou por peculiaridades físicas do ambiente da produção com efeito sobre a produtividade - em medida forte da eficiência da unidade produtiva. Em princípio, quanto mais próximo de 1 for h mais eficiente é economicamente a unidade produtiva, pois, tanto maior sua capacidade, enquanto sistema aberto em interação com macro-determinações, de internalizar (reter) em seu proveito o esforço despendido pelos seus componentes. Trata-se, assim, de uma medida de *eficiência reprodutiva* para um dado momento - tanto maior quanto mais próxima se situe a massa de trabalho aplicado do ponto de acomodação estrutural conformado pelas forças contrárias resultantes, de um lado das necessidades da família e, de outro, do desgaste dos trabalhadores no seu atendimento.

No plano dos indivíduos, a eficiência reprodutiva h é percebida pelo seu inverso, isto é, pela tensão resultante do crescimento do volume de esforço feito (H_r) para posições de consumo constantes (H_e) consideradas *mutatis mutandi* adequadas à reprodução em contexto cultural dado (conf. Costa, 1994 e 1995) - ou de deterioração destas posições de consumo. Tal tensão, a qual designo *tensão reprodutiva* δ , é, assim,

$$\delta = \frac{1}{h} \quad (19)$$

4.4. O investimento camponês

A eficiência da unidade produtiva, é dizer a busca de h elevados requer investimentos, aqui entendidos sempre como resultado do dispêndio adicional de trabalho (além de H_r) que se faz ou para obter, pela via do mercado, novos requisitos de capital produtivo ou mercantil ou para aplicar diretamente na formação interna de meios de produção ou na reorganização do sistema de produção (implantação de novos produtos, intensificação do sistema vigente, complexificação etc.).

Considerando as argumentações de Chayanov (1923), dispêndio adicional de trabalho com vistas à formação de capital far-se-ia por uma *propensão* dada pela relação

$$\psi = \frac{H_r - H_e}{H_e} \quad (20)$$

Introduzimos (Costa, 1995), todavia, o argumento de que a *propensão* ψ incide sobre um fundo restante de força de trabalho na determinação da *propensão realizável de investimento*, que se materializaria num volume de trabalho passível de inversão WM_{ik} - definido na relação (5) - tal que

$$WM_{ik} = \psi \cdot (H_t - H_r) \quad (21)$$

Aqui reside uma das fortes contradições da economia camponesa: à proporção que a propensão a investir aumenta (com o aumento de Hr) a base de trabalho sobre a qual incide - e que permite o investimento ou na forma de autoconsumo intermediário (investimentos feitos com o uso da força de trabalho familiar, cf. Tepicht, 1971), ou na forma de receita extra obtida por produção adicional de mercadorias - reduz, até o ponto em que ela é máxima e o fundo de trabalho restante é zero. Ponto em que o investimento torna-se impossível.

Existe um ponto de Hr em que o tempo disponível para investimento é máximo. Se o dispêndio de trabalho total se distancia daí, para a direita ou para esquerda, reduz-se a disponibilidade efetiva para investimentos: ou porque aproxima-se do ponto de acomodação e *reduz-se a disposição subjetiva de empregar mais trabalho*, ou porque, aproximando-se do limite máximo de disponibilidade de trabalho, *reduz-se a condição objetiva de dispor de trabalho adicional para investimento*.

O movimento expressa-se pela parábola

$$W_{MK} = -\frac{1}{He} \cdot Hr^2 + \left(1 + \frac{Ht}{He}\right) \cdot Hr - Ht \quad (22)$$

expressa no Gráfico 4, abaixo, e discutida em outro momento (Costa, 1994 e 1995).

Isto posto, e considerando que

$$h = \frac{He}{Hr} \rightarrow Hr = He \cdot \frac{1}{h} \quad (23)$$

e dividindo tudo por Ht temos, então

$$i = -\beta \cdot h^{-2} + (1 + \beta) \cdot h^{-1} - 1 \quad (24)$$

onde

$$i = \frac{W_{MK}}{Ht} \quad (25)$$

e

$$\beta = \frac{He}{Ht} \quad (26)$$

Substituindo $1/h$ pelo seu valor (ver relação 19) temos, por fim

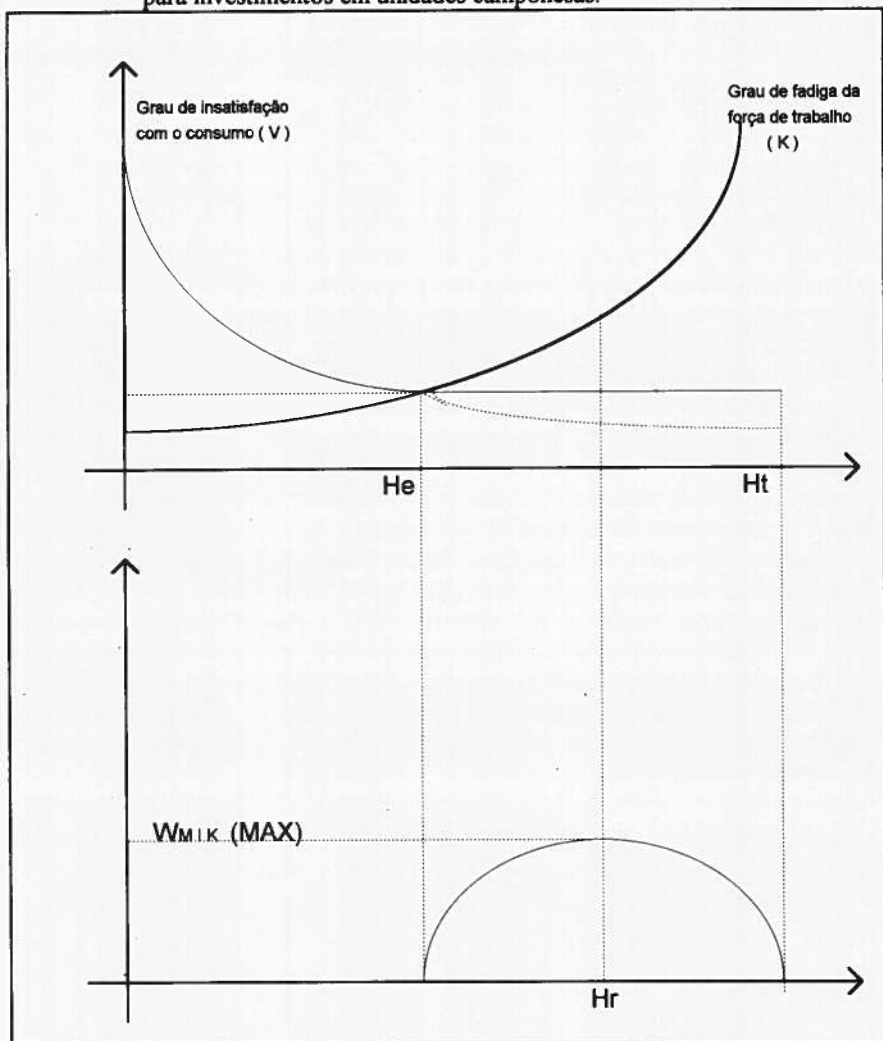
$$i = -\beta \cdot \delta^2 + (1 + \beta) \cdot \delta - 1 \quad (27)$$

A função acima nos indica que a *taxa de propensão realizável ao investimento* i (proporção do tempo de trabalho alocado em investimento em relação ao tempo total de trabalho potencialmente utilizável) é uma função da tensão reprodutiva δ e percorre uma trajetória parabólica: seu valor tende a zero quando δ (e h) tende a 1 (eficiência máxima, tensão mínima e ponto de acomodação) ou a β (onde, todo trabalho disponível só permite o atendimento da reprodução simples). Por outro lado, o valor máximo de i é

$$i_{max} = \frac{\beta^2 + 2\beta + 1}{4\beta} - 1 \quad (28)$$

Como definido, β é a proporção do tempo total de trabalho disponível que atenderia as necessidades da família na hipótese de H_r ser igual a H_e . Nesse sentido, equivale, para a economia camponesa, à noção de tempo de trabalho necessário na economia política marxista (grandeza contraposta ao tempo de trabalho excedente, fundamento da mais valia do capital). E, nas condições dadas, quanto menor β mais elevada será a taxa máxima de investimento e mais amplo o arco potencial de investimentos. Da mesma forma, decrescendo β formam-se respectivamente diversos arcos de possibilidades de investimento, tanto mais restritos em amplitude e altura quanto maior seja β . Aqui, temos que estabelecer uma diferença entre expansão do volume de trabalho alocado decorrente de necessidades de ampliação de β (expansão comandada pela necessidade de consumo) e a maior amplitude de trabalho extra para redução da tensão reprodutiva ou, o que é o seu resultado sobre h , para elevação da eficiência reprodutiva pela via de novos meios e técnicas de produção. *Uma grandeza associa-se à amplitude das necessidades reprodutivas e a outra à qualidade das formas de obtenção dos meios desta reprodução.* As duas concorrem entre si, de sorte que a amplitude das necessidades reprodutivas limita as possibilidades de alterar qualitativamente a forma como tal reprodução é efetuada.

Gráfico 4 - Representação da evolução do tempo efetivamente disponível para investimentos em unidades camponesas.



4.5. Tensão reprodutiva, investimentos e rendimento do trabalho

Além do nível da tensão, três são as condições para que exista investimento numa unidade camponesa:

a) a expectativa por parte dos membros da família de que a tensão reprodutiva no futuro será maior que a atual, se não houver uma ação de mudança;

b) a expectativa de que as alternativas que se colocam para a mudança levarão a uma tensão reprodutiva menor no futuro e

c) a avaliação de que o esforço necessário para a mudança não se coloca em nenhum momento acima de $imax$.

As tensões reprodutivas num dado momento, as expectativas de sua evolução no tempo e a capacidade interna de arregimentação de trabalho condicionam a disposição a investir - a propensão a mudar com vistas a eficientização das condições reprodutivas. A efetividade das ações faz-se, contudo, balizada pela observação da evolução do rendimento do trabalho, como já indicava Chayanov. Em resumo, as tensões levam aos investimentos que se fazem com vistas a elevar o rendimento líquido do trabalho familiar, na expectativa de que reduzam-se, como resultado, as tensões.

O esforço orienta-se, pois, para a elevação do rendimento da família, tal que

$$Y = \frac{Y}{A} \cdot \frac{A}{Hr} \cdot \frac{Hr}{T} \cdot T \quad (28)$$

Onde:

Y = Valor bruto da produção total menos custos de produção da unidade familiar

A = Área total aplicada na produção de Y

Hr = Dias trabalhados total pelos membros da unidade familiar

T = Número de trabalhadores equivalentes da unidade familiar.

$Y/A = y$ = Rendimento líquido por unidade de área

$A/Hr = x$ = Extensão de área manejável por uma unidade temporal de trabalho

$Hr/T = z$ = Número de unidades temporais de trabalho por trabalhador no ano.

Explicitando-se que o rendimento por unidade temporal de trabalho, r , é

$$r = \frac{Y}{Hr} = y \cdot x \quad (29)$$

e fazendo as vinculações lógicas mais evidentes com o que se disse sobre eficiência e tensão reprodutiva tem-se que

$$Hr = \frac{Y}{r} \quad (30)$$

e

$$Hr = \frac{He}{h} \quad (31)$$

Logo

$$Y = He \cdot r \cdot \frac{1}{h} \quad (32)$$

e

$$y \cdot x \cdot z \cdot T = Y = He \cdot r \cdot \frac{1}{h} \quad (33)$$

e

$$y' + x' + z' = Y' = He' + r' + \delta' \quad (34)$$

Para Y crescendo à taxa Y' por influência de y , x e z que crescem, respectivamente, a y' , x' e z' tem-se variações independentes nas condições de consumo e da tensão reprodutiva, considerado T constante. Mais precisamente: considerando que r' se explica por y' e x' , as taxas z' (o crescimento da intensidade de trabalho por trabalhador) rebatem nas condições de consumo e/ou no grau de tensão reprodutiva. De sorte que pode-se ter renda e rentabilidade do trabalho crescentes ao par de tensão reprodutiva em elevação, bastando para isso apenas que z' seja positivo e maior que He' . As interações são diversas e não discorreremos sobre elas aqui. Aponta-se, apenas, para uma autonomia relativa dos movimentos e, a partir daí, para a possibilidade de confluências e divergências que venham a provocar tanto uma excitação de investimentos em ciclos virtuosos quanto estágios ou situações de estagnação.

5. Conclusões

Se uma unidade camponesa produz sob condições tais que o dispêndio total de trabalho (Hr) para obtenção de sua reprodução faz-se no limite da disponibilidade de força de trabalho (Ht) ela tenderá a ser extremamente conservadora em relação a mudanças: apesar de ter fortes razões para mudar, ela simplesmente não tem como fazê-lo sem correr fortes riscos, de vez que sua capacidade está totalmente comprometida, sem folga para absorver instabilidades decorrentes de experimentações. Se, ao contrário, Hr se aproxima do ponto de acomodação He , não haverá disponibilidade ao investimento porque não haverá razões reais a sua existência (h tende ao máximo e o funcionamento da unidade produtiva tende a parecer, para os componentes da família em questão, ótimo - nesse contexto, a tensão reprodutiva, a motivação para mudar é mínima).

O primeiro caso corresponde ao que Marx entendia como a situação por excelência do campesinato no capitalismo: a relação de preços e taxa de lucro do capital mercantil movimentar-se-iam sempre no sentido de manter próximos Hr de Ht , eliminando as possibilidades de investimentos e provocando, a partir dos efeitos sobre a produtividade ω , uma causação cumulativa de desvantagens econômicas que terminariam por conduzir à extinção.

O segundo caso corresponde, para a unidade de produção camponesa, a situação prevista por Boserup para uma comunidade de camponeses que simplesmente se compreendem produzindo o mais eficientemente possível para atendimento de sua função básica, a reprodução do grupo, em condições objetivas dadas.

A história do desenvolvimento da relação do campesinato com o capitalismo, incluindo aí sua saga no capitalismo brasileiro, apresenta situações ilustrativas de ambas as possibilidades, digamos, extremas. Relativiza-as, contudo, apresentando, na verdade, em muitos casos, a relevância estrutural das condições que determinam uma elevada disposição a investir do conjunto dos camponeses.

Nos países do capitalismo avançado, a antevisão de Marx foi contrariada pela organização cooperativa, de um lado, e pelas políticas de subsídios de outro. Também aí, os riscos de uma acomodação à la Boserup sempre estiveram minimizados pelo fato do esforço de redução das tensões reprodutivas pela maximização de h se fazer sempre pela ampliação da oferta dos produtos camponeses e, portanto, deteriorando a relação de preços entre estes produtos e os produtos industriais. Em conjunto, estes movimentos tiveram como resultado uma administração da máxima permanência do campesinato em posição de elevada exploração com máxima disposição a investir.

No caso da fronteira amazônica demonstramos (Costa, 1989 1991 1993b e d) que o capital mercantil tem amplo campo de ampliação de m ali onde há baixa densidade demográfica: nas áreas novas de fronteira o capital mercantil e usurário faz oscilar sua taxa de lucro m em função direta do movimento dos preços dos produtos camponeses no mercado nacional. Nestas regiões criam-se situações de alta tensão reprodutiva com baixa ou nenhuma capacidade de investimento.

Nas áreas de alta densidade demográfica, ao contrário, em conjuntura de alta de preços dos produtos camponeses o capital mercantil amplia a massa mas reduz, por efeito da concorrência entre suas parcelas, a taxa de lucro. Adicionalmente, demonstra-se que com o adensamento populacional e a urbanização a ele associada criam-se mercados locais não desprezíveis, ampliando-se as alternativas para mudanças nos sistemas de produção e para implementação de estratégias de efficientização econômica com efeitos maximizadores de h distintas do que usualmente se considera tradicional em contexto de fronteira. Nestes casos, há movimentos contra-restantes às determinações das posições extremas, em movimentos semelhantes aos indicados por Shanin (1982) na determinação de uma mobilidade cíclica - permitindo visualizar, também aqui, um campesinato capaz de se comportar com elevada motivação, capacidade e oportunidade de, a seu modo, investir¹⁰.

6. Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. (1992). *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Hucitec/ANPOCS/Ed. da Unicamp, São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas.
- ALTIERI, M. A. (1989). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Fase, Rio de Janeiro.
- BLUM, V. (1989). *Zur Organization kleinbäuerlichen Wirtschaftens*. Verlag Breitenbach Publishers, Saarbrücken-Fortlauderdale.
- BOSERUP, E. (1988). *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. Ed. Hucitec, São Paulo.
- CARVALHO, H. M. (1994). *Padrões de Sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável*. In: D'Incao, M. A. e Silveira, I. M. da. *A Amazônia e a Crise de Modernização*. MPEG, Belém. pp.361-380.
- COCHRANE, W. W. (1979). *The Developmente of American Agriculture - A Historical Analysis*. University of Minneapolis Press, Minneapolis.
- CHAYANOV, A. (1923). *Die Lehre von der bäuerlichen Wirtschaft. Versuch einer Theorie der Familienwirtschaft im Landbau*. Verlag Paul Parey, Berlin.
- _____, (1974). *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires.
- COSTA, F. de A. (1989). *Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation*. Verlag Breitenbach Publishers, Saarbrücken - Fort Lauderdale.
- _____, (1991a). *Valor e Preço, Exploração e Lucro da Produção Camponesa na Amazônia: crítica à noção de funcionalidade da produção familiar na fronteira agrícola*.

¹⁰ É o que os dados censitários de 1985 insinuaram, permitindo os meus comentários e indicações sobre um possível campesinato inovador em Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia (Costa, 1992). Com os primeiros resultados de pesquisa detalhada por mim coordenada pode-se ser mais incisivos em relação a essas possibilidades (ver Costa, 1993).

- In: Léna, P. e Oliveira, A. E. de (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. MPEG, Belém (Coleção Eduardo Galvão) p. 177-203.
- _____. (1991b). *Estado e Grande Capital na "Fronteira Agrícola" Amazônica*. In: Anais do 19º Encontro Nacional de Economia. Curitiba, ANPEC. Vol. 3, pp. 327-353.
- _____. (1992). *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém, SEPEQ/NAEA.
- _____. (1993a). *Grande Capital e Agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Belém, Ed. da UFPa.
- _____. (1993b). *O Desenvolvimento Agrícola dos Anos Oitenta no Estado do Pará e sua Fontes de Financiamento*. Belém, NAEA/UFPa, Cadernos do NAEA N. 11, nov. 1993, pp. 127-145.
- _____. (1993c). *O Investimento Camponês: considerações teóricas*. In: Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Belo Horizonte, 01 a 03 de dezembro de 1993. Vol. 2. pp. 459-483.
- _____. (1993d). *Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável: para um novo planejamento regional para a Amazônia*. Belém, NAEA, (Relatório de Pesquisa).
- ELLIS, F. (1988). *Peasant Economics: Farm Households and Agrarian Development*. Cambridge University Press, Cambridge.
- GOUVEIA NETO, R. e VASCONCELLOS, G. M. (1991). *Estratégias de Diversificação de Exportações e Escolha de Mercados de Exportações: Um exemplo de abordagem de Portifolio*. In: Estudos Econômicos, São Paulo, V.21, No. 1, pp. 71-87, Jan.-Abr. 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1994). *O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária*. In: STEDILE, J. P. A Questão Agrária Hoje. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1994. pp. 137-143.
- HAMELIN, P. (1991). *O Fracasso Anunciado*. In: Léna, P. e Oliveira, A. E. de (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. MPEG, Belém (Coleção Eduardo Galvão) p. 161-176.
- HARISON, M. (1982). *Chayanov's theory of peasant economy*. In: Harris, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 246-258.
- HECHT, S. B. et alii (s.d.). *The Economics of Cattle Ranching in Eastern Amazonia*. Graduate School of Architecture and Urban Planning. University of California.
- IPEA-COMIF (1986). *Relatório de Avaliação do Incentivos Fiscais*. Brasília, IPEA.
- JOHSON, G. L. (1969). *The Modern Family Farm and its Problems: With Particular Reference to the United States of America*. In: Papi, U. et alii (org.). *Economic Problems of Agriculture in Industrial Societies*. Macmillan, Londres.
- LENIN, V. I. - *El Desarrollo del Capitalismo en Russia*. Ariel História, Barcelona, 1974.
- LIPTON, M. (1982). *Why poor people stay poor*. In: Harris, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 66-81.
- _____. (1982). *Game against nature: theories of peasant decision-making*. In: Harris, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 258-268.
- MARX, K. (1985). *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3, Difel, São Paulo.

- _____. (1976). *O Capital*. crítica da economia política. Livro 1. Civ. Brasileira, São Paulo.
- _____. (1978). *Para a Crítica da Economia Política*. In: Os Pensadores. Abril Cultural, São Paulo.
- MENDRAS, H.** (1978). *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- _____. (1992). *Le Fin des Paysans*. Paris, Babel.
- ODUM, E. P.** (1988). *Ecologia*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1988.
- PRADO, E.** (1993). *Conceitos de Ação Racional e os Limites do Enfoque Econômico*. In Revista de Economia Política, vol. 13, n. 1, jan.-mar./1993.
- SACHS, I.** (1993). *Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo, Studio Nobel/Fundap, 1993.
- SEN, A. K.** (1966). *Peasants and Dualism with or without Surplus Labor*. In: The Journal of Political Economy, v. LXXIV, n. 5:425-450.
- SHULTZ, T.** (1965). *A Transformação da Agricultura Tradicional*. Zahar, Rio de Janeiro.
- SHANIN, T.** (1982). *Polarization and cyclical mobility: the Russian debate over the differentiation of the peasantry*. In: Harriss, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change. Hutchinson University Library, London. pp. 223-245.
- TEPICHT, J.** (1973). *Marxisme et Agriculture: le paysan polonais*. Librairie Armand Colin, Paris.
- VEIGA, J. E. da** (1991). *Fundamentos do Agro-Reformismo*. In: Lua Nova, n. 23. pp. 39-66.
- WOLF, E.** (1978). *Sociedades Camponesas*. Zahar, Rio de Janeiro.